

# Os instrumentos de políticas para o desafio da reabilitação energética dos edifícios no Pacto Ecológico Europeu

O Pacto Ecológico Europeu lançou um desafio sem precedentes relativamente à necessidade de duplicar as taxas de reabilitação energética do edificado. Apesar de o potencial do investimento prometido para apoiar a transição necessária ser grande, é necessário que os instrumentos de políticas utilizados sejam adequadamente desenhados, pois a sua implementação é fortemente influenciada pelo contexto local.

O documento do Pacto Ecológico Europeu (*European Green Deal*)<sup>1</sup>, que foi lançado no final do ano de 2019 pela nova presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, é perentório na convicção de que uma “onda de reabilitação” é necessária para se conseguir atingir a neutralidade carbónica na Europa em 2050. No entanto, a sua concretização configura-se como um enorme desafio. Tendo em consideração que a maior parte dos edifícios existentes em 2050 já está construída hoje, estima-se que mais de 30 milhões de edifícios tenham de sofrer uma intervenção profunda, de modo a melhorar o seu desempenho energético, para atingir este objetivo. A Europa tem hoje cerca de 200 milhões de edifícios, que, em conjunto, são responsáveis por quase 40 % das emissões de carbono. As vantagens que advêm deste tipo de reabilitações são reconhecidas. A melhoria no desempenho energético dos edifícios existentes far-se-á sentir não só em espaços interiores mais saudáveis e confortáveis, mas também em edifícios mais acessíveis relativamente ao custo operacional da sua climatização. Para além de um efetivo combate à questão da pobreza energética, este tipo de intervenção permitirá também proteger os ocupantes dos edifícios de eventos climáticos extremos, como as ondas de calor e os invernos rigorosos, responsáveis por um aumento da mortalidade. Do ponto de vista económico, existe também a perspetiva de que um esforço desta dimensão, em termos de intervenções nos edifícios, tem o potencial de gerar mais de um milhão de empregos. É por estas razões que muitos defendem a ideia de que este Pacto se substancia mais numa oportunidade do que num desafio. No entanto, apesar dos esforços empreendidos até agora, a velocidade a que as reabilitações energéticas com a profundidade necessária para apoiar a transição se realizam é demasiado baixa. Calcula-se que apenas 0,3 % a 1,2 % dos edifícios europeus sofram uma intervenção com estas

características todos os anos, o que é manifestamente insuficiente para os objetivos delineados para os próximos 30 anos.

## O INVESTIMENTO DO PACTO ECOLÓGICO E O MECANISMO JUSTO

Para além do reforço de legislação previsto no Pacto, nomeadamente a relacionada com o desempenho energético dos edifícios em cada Estado-Membro, é reconhecida a necessidade de ultrapassar barreiras para que esta “onda” se possa, de facto, verificar. Estas barreiras são conhecidas e incluem fatores técnicos, financeiros e sociais [1].

De modo a que se possa ultrapassar estas barreiras, com o Pacto Ecológico, a Comissão Europeia promete mobilizar, pelo menos, um bilião de euros ao longo da próxima década para investimentos sustentáveis e que ajudem a suportar a transição para uma economia neutra e competitiva, mas também inclusiva. A intenção é criar um contexto facilitador de investimento público e motivador de investimentos privados, no qual o Banco Europeu de Investimento terá também um papel crucial. Para este ano, está previsto ainda o lançamento da Estratégia de Financiamento Verde, que poderá ajudar a detalhar um pouco melhor as formas e a fonte do investimento.

Embora não esteja ainda definido de que forma este financiamento será atribuído (sabendo-se já que haverá uma ligação às políticas de Coesão), a Comissão Europeia quer garantir que este é distribuído de forma justa e equitativa. Assim, anunciou que será criado também o Mecanismo Justo de Transição, que disponibilizará um fundo de, pelo menos, 100 mil milhões de euros. Este financiamento destina-se especificamente a apoiar regiões que estejam mais dependentes de atividades ligadas à cadeia de valor dos combustíveis fósseis e com cidadãos mais vulneráveis às transformações sociais e económicas que se esperam como consequência da transição necessária.



Apesar dos esforços empreendidos até agora, a velocidade a que as reabilitações energéticas com a profundidade necessária para apoiar a transição se realizam é demasiado baixa. Calcula-se que apenas 0,3 % a 1,2 % dos edifícios europeus sofram uma intervenção com estas características todos os anos, o que é manifestamente insuficiente para os objetivos delineados para os próximos 30 anos.

## INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PARA APOIO À REABILITAÇÃO ENERGÉTICA À ESCALA LOCAL

Para que o financiamento disponível seja bem aplicado, é necessário que as políticas e os instrumentos de políticas utilizados sejam adequadamente desenhados. No ciclo de desenho de políticas, os instrumentos têm um papel fundamental, funcionando como uma ligação efetiva entre a formulação da política (aquilo que está na sua base para resolver o problema que foi identificado) e a sua implementação (Figura 1).



Figura 1 – Ciclo de desenho de políticas. Adaptado de [2].

Por sua vez, embora os contextos regulatórios e legislativos sejam, normalmente, definidos a nível nacional e regional, a implementação de políticas é fortemente influenciada pelo contexto local. Para além disso, a experiência obtida na fase de avaliação de políticas em vários contextos e com objetivos variados já demonstrou que, geralmente, uma implementação puramente “top down” de instrumentos de políticas é adotada em menor grau pelos atores locais, sendo assim, muito menos efetiva.

No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, é assumida e realçada a necessidade não só de promover investimentos em eficiência energética (nomeadamente com o desenvolvimento de possibilidades de financiamento inovadoras), como de unir esforços para que a renovação se faça em grandes agrupamentos com o propósito de aproveitar economias de escala. Nesta perspetiva, os instrumentos de políticas a uma escala local desenhados de forma a serem aplicados à escala de bairro ou distrito, tanto por entidades públicas como privadas, revestem-se de uma importância fundamental e serão a chave para o sucesso do desafio a que a Comissão Europeia se impõe. No âmbito do projeto apoiado pela Agência Internacional de Energia - Annex 75 – *Cost-effective Building Renovation at District Level Combining Energy Efficiency & Renewables*<sup>2</sup>, a Universidade do Minho,

1- [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en)  
2- <http://annex75.iea-ebc.org/>

As autoridades locais conseguem, de uma forma mais efetiva do que o governo central, comunicar e controlar o cumprimento dos requisitos delineados nos regulamentos térmicos e energéticos nacionais.

juntamente com parceiros de outros 12 países, tem vindo a desenvolver esforços para identificar e recomendar as políticas mais adequadas a serem implementadas a nível local e que permitam tirar partido das vantagens obtidas pela dimensão da escala de intervenção. Numa análise rigorosa de casos de estudo europeus, juntamente com contributos recolhidos em dois *workshops* internacionais onde se juntaram cerca de 100 atores envolvidos em políticas de eficiência energética e desenvolvimento urbano à escala local, foi possível identificar alguns dos instrumentos que a prática demonstra como sendo recomendáveis.

#### 1) CUMPRIMENTO DOS MÍNIMOS REGULAMENTARES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA À ESCALA DE BAIRRO

As autoridades locais conseguem, de uma forma mais efetiva do que o governo central, comunicar e controlar o cumprimento dos requisitos delineados nos regulamentos térmicos e energéticos nacionais. Um exemplo claro de um instrumento usado neste contexto é o *Minimum Energy Efficiency Standard* (MEES) (Padrão Mínimo de Eficiência Energética)<sup>3</sup>. O instrumento, associado à regulamentação energética de Inglaterra e Gales e que é gerido pelas autoridades locais, entrou em vigor em abril de 2018 e estabelece que, a partir dessa data, nenhuma propriedade comercial que possua uma certificação energética inferior a “E” pode ser alugada (ou o contrato renovado). No caso de o imóvel não possuir esta classificação, tem de ser intervenionado para que o aluguer se possa concretizar. Pretende-se que, a partir de 2023, este instrumento abranja todos os contratos de aluguer (residenciais e comerciais). Outros exemplos deste tipo de instrumentos que obrigam ao cumprimento de mínimos de eficiência energética em contratos de aluguer ou venda podem ser encontrados também, por exemplo, em Antuérpia, na Bélgica, ou em cidades como Heidelberg, na Alemanha, que obriga, por exemplo, em algumas localizações, a que os imóveis intervenionados cumpram a norma *Passivhaus*.

#### 2) INSPEÇÕES E AUDITORIAS

Os instrumentos de fiscalização são considerados cruciais para a concretização dos objetivos de descarbonização do edificado. Uma política local pode escolher penalizar os proprietários de edifícios que não apresentem um desempenho energético adequado usando inspeções para providenciar o apoio necessário para a resolução destas deficiências. Este tipo de instrumentos está geralmente associado a outros, como incentivos financeiros (e.g. redução de impostos, subsídios etc.) como forma de suportar a implementação. Uma abordagem inovadora a este tipo de instrumentos é

encontrada na Holanda, onde o governo enviou a cada proprietário aquele que acredita ser o desempenho energético “provisional” do seu edifício. Neste caso, a certificação não é baseada em inspeção (como em Portugal), mas em dados públicos disponíveis. Na sequência deste passo, e através de uma aplicação informática governamental, os proprietários devem adicionar ou mudar informação que julguem relevante e estabelecer a certificação. A informação é, posteriormente, avaliada por um perito e registada.

#### 3) INCENTIVOS FINANCEIROS

Os incentivos financeiros encontrados em Portugal relativamente ao desempenho energético da reabilitação são essencialmente nacionais. Instrumentos como o IFFRU ou o Casa Eficiente 2020 são um exemplo claro deste tipo de incentivos. No entanto, as autoridades locais ou municípios podem tomar também a iniciativa, gerindo uma parte do seu orçamento, de modo a providenciar benefícios financeiros para os grupos de atores envolvidos na reabilitação energética de edifícios sob o seu controlo.

No contexto europeu, podem ser encontrados vários exemplos de incentivos implementados a nível local. Estes podem tomar a forma de subsídios, reduções de impostos municipais, cofinanciamento de desenvolvimento de projeto, entre outros. Uma abordagem comum é a oferta de uma redução adicional nos juros praticados pelos fundos disponibilizados a nível nacional. Esta situação é comum em instrumentos que visam famílias ou alojamentos vulneráveis. As autoridades locais podem também candidatar-se a fundos para desenvolver e experimentar formas inovadoras de incentivos, por exemplo, no âmbito de projetos de investigação europeus.

#### 4) SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO

Os serviços de reabilitação correspondem a um tipo de instrumento que tem como objetivo principal o acompanhamento da execução das medidas de reabilitação por serviços providenciados por técnicos especializados numa lógica de *one-stop-shop*. A *one-stop-shop* é um conceito de serviço que centraliza todas as atividades necessárias a um processo de reabilitação energética (muitas vezes, numa lógica de “chave-na-mão”) e atua como consultadoria para os proprietários dos imóveis.

Apesar de considerados inovadores e experimentais, há já inúmeros exemplos deste tipo de instrumentos na Europa, tanto do ponto de vista privado, como associados a muni-

<sup>3</sup> <https://www.gov.uk/government/publications/the-private-rented-property-minimum-standard-landlord-guidance-documents>

# AUTOCONSUMO

## A ENERGIA SEM FATURA

Soluções de energia solar fotovoltaica



### Painéis Fotovoltaicos 275 Wp

- +5W • Tolerância Positiva de Saída
- Células Inovadoras de 5 circuitos
- Anti PID • Resistência ao PID
- Excelente Capacidade de Carga Mecânica
- Maior Confiabilidade e Durabilidade
- Teste ao Granizo
- Irradiação com Baixa Luz

cípios. Por exemplo, em Hauts-de France, em França, os proprietários dos edifícios podem solicitar um serviço público que os apoia a poupar energia e a reabilitar a sua casa. O serviço usa contratação pública para envolver empreiteiros e arquitetos, para além de libertar os proprietários da gestão dos subsídios aplicáveis e da monitorização do uso de energia. Num outro exemplo, na Bélgica, algumas províncias atuam como facilitadoras para a compra em grupo de medidas de reabilitação, como os painéis solares. Um exemplo muito conhecido na Holanda (o *Energiesprong*<sup>4</sup>), que já se estendeu para outros países europeus, oferece uma reabilitação com o objetivo de energia zero, propondo soluções capazes de gerar a energia requerida para o aquecimento, águas quentes sanitárias e eletrodomésticos. O serviço, para além de gerir o processo de financiamento para a intervenção, assegura um desempenho mínimo para a reabilitação, que deverá ser finalizada em cerca de dez dias, minimizando significativamente o incómodo causado aos ocupantes de um edifício.

#### 5) ACONSELHAMENTO ENERGÉTICO LOCAL

O aconselhamento energético local baseia-se no estabelecimento de pontos de informação, normalmente geridos pelas autoridades locais, para informar os cidadãos de possíveis medidas de eficiência energética a aplicar aos edifícios e da possibilidade de uso/produção de energia renovável. Em termos operacionais, pode significar a disponibilização de aconselhamento por parte das autoridades locais que permita, por exemplo, apoiar os cidadãos na obtenção de financiamento e na promoção de iniciativas mobilizadoras, assim como na ativação de projetos de demonstração, entre outros. O Norte da Europa tem alguns exemplos de sucesso deste tipo de instrumentos. Na cidade de Aachen, na Alemanha, foi lançada a agência de reabilitação energética *"Altbau plus"*, que faz a ponte entre os vários atores locais de modo a informar e aconselhar sobre as possíveis intervenções de reabilitação. A Holanda foi mais longe e impôs às autoridades locais uma obrigação de instalarem um serviço de aconselhamento (que pode ser físico ou virtual) para os proprietários de edifícios. Neste contexto, por exemplo, a cidade de Roterdão oferece serviços de aconselhamento em locais temporários (como centro comerciais), de modo a motivar cidadãos para a reabilitação energética das suas propriedades.

#### 6) DESENVOLVIMENTO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO ESPECÍFICOS

Os meios de comunicação são o tipo de instrumento transversal e necessário a uma política eficaz e inclusiva. No entanto, a sua importância leva a que seja relevante realçá-lo de forma individual. No contexto deste tipo de instrumentos, as autoridades locais desenvolvem ou subcontratam canais de informação e ferramentas informáticas especializadas, de forma a dar apoio à reabilitação efetuada pelos cidadãos. Na Holanda, por exemplo, onde há um leque variado de esquemas de financiamento, existem *websites* específicos, como o *"Energiesubsidiewijzer"* (Guia para os subsídios



energéticos), para ajudar o proprietário ou promotor a obter uma visão holística e rigorosa dos vários incentivos e financiamentos disponíveis e de que forma podem ser aplicados. No caso holandês, o governo central desenvolveu também uma base de dados e uma ferramenta onde os proprietários podem calcular as suas poupanças energéticas e financeiras aquando da implementação das medidas de reabilitação, com base na tipologia de edifício que habitam, tendo em consideração a sua capacidade de investimento.

#### CONCLUSÃO

Em conclusão, o Pacto Ecológico Europeu pode significar um ponto de viragem para a reabilitação energética dos edifícios e as autoridades locais podem ter um papel fundamental na execução deste objetivo. A área de conhecimento e a prática no desenvolvimento de instrumentos de políticas é extremamente inovadora e está em constante evolução. Para além dos instrumentos aqui referidos (e que não esgotam de forma alguma as inúmeras possibilidades existentes), há outras ideias emergentes que estão a ser desenvolvidas e que incluem conceitos como a *Governança Local para a Eficiência Energética*, as cooperativas energéticas de cidadãos e o *trading* de certificados brancos, verdes ou pretos ao nível local, entre outros. Os instrumentos referidos neste artigo foram identificados por atores e decisores políticos envolvidos na promoção de medidas de melhoria da eficiência energética em edifícios e cidades. No entanto, neste contexto, servem apenas para exemplificar abordagens inovadoras ou consolidadas que acontecem em outros contextos nacionais no espaço europeu e que podem ajudar a abrir novos horizontes para o contexto português, sendo que é imperativo que os instrumentos estejam adequadamente desenhados para a realidade onde se pretendem implementar. g

4- <https://energiesprong.org/>

#### Referências

- [1] S. D'Oca et al., "Technical, financial, and social barriers and challenges in deep building renovation: Integration of lessons learned from the H2020 cluster projects," *Buildings*, vol. 8, no. 12, 2018.
- [2] A. Chapman, B. McLellan, and T. Tezuka, "Strengthening the Energy Policy Making Process and Sustainability Outcomes in the OECD through Policy Design," *Adm. Sci.*, vol. 6, no. 3, p. 9, 2016.

# EVAC Unidades Higiénicas Certificadas

Tem sido grande a recetividade do mercado nacional e estrangeiro, desde 2015, à gama certificada de Unidades de Tratamento de Ar, UTA-H, que satisfazem todos os requisitos de higiene aplicáveis especificados nas principais normas europeias (ver marcação TÜV), nomeadamente nas normas DIN 1946-4, EN 13053 e VDI 6022-1.

Esta gama está certificada pelo laboratório alemão TÜV NORD, uma entidade de referência internacional na certificação tecnológica. A EVAC viu assim reconhecido um longo e intenso trabalho de investigação tecnológica nesta matéria.

DIN 1946-4 – Requisitos adicionais de higiene em unidades de tratamento de ar utilizadas em edifícios e salas dedicadas ao setor da saúde.

VDI 6022-1 – Requisitos de higiene em unidades de tratamento de ar utilizadas em aplicações genéricas.



1984

Há 35 anos a pensar em Unidades de Tratamento de Ar.



1999

Primeiro fabricante nacional com Certificação EUROVENT.

Atualmente, a nível mundial, são mais de 100 as empresas certificadas. A EVAC foi a 12ª.



2015

Primeiro fabricante nacional com Certificação Higiénica DIN 1946-4.



UTA-H



Acreditamos na engenharia Portuguesa e no nosso trajeto. Acredite também.

[www.evac.pt](http://www.evac.pt)

EVAC

A ENGENHARIA DO AR